

**INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO MATEENSE
FACULDADE VALE DO CRICARÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

**BRUNA PIMENTA FELIX
THAYNÁ PAMPULIM VIANA**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEMPORÂNEO:
DIÁLOGOS E PRÁTICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

São Mateus/ES

2019

**BRUNA PIMENTA FELIX
THAYNÁ PAMPULIM VIANA**

**AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEMPORÂNEO:
DIÁLOGOS E PRÁTICAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Projeto de pesquisa apresentado a Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para a aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientadora: Profa. Me. Marília Alves Chaves Silveira.

São Mateus/ES

2019

SUMÁRIO

1	Introdução
2	Justificativa
3	Área de concentração e delimitação do tema
4	Problematização
5	Objetivos
5.1	Objetivo Geral
5.2	Objetivos Específicos
6	Referencial Teórico
6.1	A avaliação da aprendizagem no Ensino Fundamental na atualidade.....
6.2	História e avaliação no Brasil: Conceitos e reflexões
6.3	A avaliação da aprendizagem nos 2º e 3º anos – sugestões de como deve ser a avaliação

1. INTRODUÇÃO

Foi a partir de debates educacionais advindos da disciplina de TCC 1, que surgiu a inquietação acadêmica em pesquisar sobre a avaliação da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Este trabalho de conclusão de curso possui uma abordagem qualitativa, trazendo conceitos e reflexões sobre a avaliação da aprendizagem na história da educação no Brasil, segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha e diálogos entre autores da contemporaneidade como Cipriano Carlos Luckesi e Jussara Hoffmann, baseando-se na Lei de Diretrizes Base da Educação Nacional (LDBEN), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A pesquisa considerara conceitos de avaliação, no intento de refletir quais as melhores estratégias de avaliar as especificidades de cada discente nos anos iniciais do ensino fundamental. O artigo discorrerá sobre o saber em relação a avaliação. E trará experiências, relatando que não existe um único conceito de avaliação a partir de sugestões de práticas avaliativas.

2. JUSTIFICATIVA

Mediante a relevância da avaliação no Ensino Fundamental, este artigo considera esta área do conhecimento como foco a ser estudado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, precisamente no primeiro e segundo anos. É preciso que o campo pedagógico esteja atento as práticas que são desenvolvidas no processo avaliativo, onde o pedagogo necessita ter formação continuada na área de avaliação.

Deve-se saber usufruir de seus instrumentos com excelência, para que um bom diagnóstico seja feito com êxito e as devidas intervenções sejam tomadas, tendo assim, conseqüentemente melhores resultados. De certo modo, isso é saber investir no processo que fará com que a construção da aprendizagem seja boa para todos, trazendo para os discentes uma criação de valores no qual os orientará para a vida, fazendo com que deem o melhor de si naquilo

que fazem, sem aquele peso de cumprir determinada tarefa para tirar uma nota, ou seja, que o processo de aprender seja dialógico.

Tal questão tem se tornado até hoje um grande temor para os discentes, pois na maioria das vezes o que mais importa e pesa para os professores é o valor adquirido do que a qualidade alcançada na avaliação.

A avaliação é um processo da educação que ainda precisa muito ser discutido, para que as práticas avaliativas não sejam vistas como um tabu nas escolas. Onde, discutir sobre práticas avaliativas no campo pedagógico é relevante, pois dará subsídios para que seja feita uma avaliação prazerosa, frisando na aprendizagem dos discentes.

A avaliação da aprendizagem exige que os conceitos sejam apropriados de forma encarnada, trazendo assim as realidades das salas de aula. Não bastando somente em bons discursos, onde só se prega, mas não se cumpre o que realmente é dito. É importante que boas ações sejam baseadas em conceitos adequados, e por mais cansativo que se torne, este assunto será batido na mesma tecla enquanto não houver uma mudança notória.

3. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

Educação – Avaliação da aprendizagem – anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. PROBLEMA DA PESQUISA

A partir de debates na disciplina de TCC 1, surgiu uma inquietação acadêmica de pesquisar sobre a avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sobretudo na etapa de transição do 2º ano para o 3º ano do Ensino Fundamental, motivados pelo seguinte problema de pesquisa: **De que maneira a avaliação da aprendizagem se configura na atualidade nos anos iniciais do Ensino Fundamental (segundo e terceiros anos)?**

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL

Analisar como ocorre o processo de avaliação nos anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública municipal nos 2º e 3º anos.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender os instrumentos da avaliação utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental no 2º e 3º anos;

Caracterizar o processo de avaliação da aprendizagem no processo de transição do 2º para o 3º ano;

Investigar possibilidades no processo de avaliação da aprendizagem em prol da valorização dos aspectos qualitativos na transição do 2º para o 3º anos.

6. REFERENCIAL TEÓRICO

6.1 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL NA ATUALIDADE.

Os conceitos de avaliação discutidos a seguir estão sustentados de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), a sequência didática desse processo educativo determina que é necessária uma metodologia adequada para os aprendentes que tem uma certa dificuldade para tornar o seu aprendizado eficaz de maneira que não o abale.

A avaliação deve ocorrer durante todo seguimento educacional, sendo assim a função da avaliação formativa, que diagnostica o que o aprendente domina e qual a sua maior dificuldade, para que assim, a intervenção aconteça o mais rápido possível fazendo com que o discente prossiga no seu processo educacional. Quanto mais rápido for feita a intervenção, o educador terá uma melhor possibilidade de êxito em seu trabalho.

A avaliação contínua também é de extrema importância, uma vez que assume um caráter de observação, possibilitando várias atividades distintas como, por exemplo, trabalho individual ou em grupo, provas e etc. Essas atividades podem apontar especialmente o que impede a aprendizagem do

aluno, e nessa questão o educador deve ser transigente para trabalhar a dificuldade do aluno.

Cada instituição possui o seu PPP (Projeto Político Pedagógico) uma vez que o mesmo é a identidade da escola, onde se caracteriza historicamente a comunidade, quando ela foi fundada, os projetos que ele irá desenvolver no decorrer do ano, entre outros.

A avaliação tem como juízo crítico de valor em relação ao rendimento do discente, o professor falha em julgar que o aluno não tem capacidade de aprender/desenvolver, se o professor não acredita no seu aluno e não faz a intervenção adequada, o seu julgamento se torna efetivo. A avaliação é mais do que juízo crítico, ela aponta as dificuldades do aluno e a interpelação que o educador usa mediante determinadas situações. Cabe então ao educador o reconhecimento de seu próprio erro, para que esse lapso seja reparado.

Avaliar permite que os discentes se localizem em relação ao seu rendimento e assim sendo, possibilita também aos pais fazerem esse acompanhamento, para assim a instituição criar uma relação de pais e professores, onde no Ensino Fundamental é essencial a parceria da escola com a família.

É importante ressaltar que a avaliação não tem resultado imediato e segundo o DCN esse currículo deve conter no PPP das escolas, vinculando as orientações do sistema.

A educação deve ser igualitária e de qualidade para todos, assim sendo, a resultância desse aprendizado deve ser coautor com a avaliação da instituição e do docente.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), o sistema de ensino deve providenciar a recuperação para os discentes que tem dificuldades, criar meios para que a família e a comunidade se aproximem da escola.

A instituição deve cientificar os pais ou responsável a frequência e a produtividade do aluno e orientá-los em relação ao plano pedagógico da escola de acordo com a Lei nº 12.013 de 2009.

De acordo com a Lei nº 13.803 de 2009 que rege especificamente o Conselho Tutelar de qualquer município do Brasil em parceria com a educação, deve ser informado em relação aos docentes que evidenciam 30% de faltas.

É dever do docente zelar pela aprendizagem dos discentes, criando metodologias de reintegração da aprendizagem do aluno. Lecionar os dias letivos determinados e se dedicar aos planejamentos e a avaliação de forma adequada. Contribuindo e participando das atividades que a instituição desenvolva junto à comunidade.

O rendimento escolar deve ser verificado e a avaliação contínua deve sempre sobrevaler os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, uma vez que o aluno tem direito a recuperação durante todo o período letivo.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (2017) no Ensino Fundamental as crianças tendem a avançar o seu aprendizado com base nas suas aprendizagens anteriores que vão se amplificando na prática. Ampliam-se na autonomia de entender as normas e conseqüentemente ele irá conseguir ter a percepção de viver em sociedade. Vale ressaltar que a aprendizagem é um trajeto contínuo entre as fases do Ensino Fundamental.

O educador generalista avalia como um todo e a cobrança é mínima, já o educador especialista avalia com mais detalhes, assim aumentando a sua cobrança nesta fase de adaptação e os discentes costumam se ressentir em relação as novas exigências, por isso é importante o educador acompanhar essa transição apoiando o seu aluno para não causar nenhum trauma.

É importante que a instituição esteja sempre estimulando e colaborando para o seu desenvolvimento, a mesma deve estar sempre ampliando e aproveitando as tecnologias e o potencial dos discentes, para proporcionar uma aprendizagem qualificada e inovadora.

6.2 HISTÓRIA E AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DO BRASIL: REFLEXÕES.

A educação no Brasil colônia aprendia-se no cotidiano, então avaliava-se de maneira espontânea, pois ainda não existiam escolas. A educação logo de início não era prioridade, já que o desempenho na agricultura não exigia formação especial.

Religiosos foram enviados pelas metrópoles europeias para o trabalho missionário e pedagógico, com a finalidade de converter o gentio e evitar que os colonos desviassem da fé católica e sua intenção não se reduzia apenas em espalhar a religião.

A educação tinha um papel colonizador, e os principais responsáveis pela mesma eram os jesuítas, missionários vindos de Portugal para educar os filhos dos colonos e catequisar os índios, que pelos europeus eram vistos como um povo “rude”, “sem lei” e “sem fé”, onde muitos acreditavam que seria uma missão impossível “civilizar” este povo. Porém, para os jesuítas:

Os indígenas eram como filhos menores, uma “folha em branco” em que se poderia inculcar os valores da civilização cristã europeia. (...) Logo percebem que a ação é mais eficaz sobre os filhos dos indígenas, os curumins (também columins ou culumins), alunos prediletos, porque sobre eles ainda não se sentia de maneira arraigada a influência do pajé (ARANHA, 2006, p.141).

Logo, os curumins aprendiam junto dos filhos dos colonos, e a forma de chamar a atenção dos mesmos eram músicas, teatros, poesias, etc. frisando assim em uma educação voltada para a religião cristã.

No Império, século XIX com a chegada da Família Real ao Brasil, tornou-se obrigação a criação de escolas de preferência superiores, para atender a necessidade do momento que era a formação de oficiais para a defesa da colônia.

O império possuía três níveis de ensino: Elementar, Secundário e Superior, e as dificuldades de sistematização eram notórias, onde a monarquia não se importava com a educação da maioria da população que predominantemente era da zona rural. Logo após a Independência, as discussões na Assembleia Constituinte de 1823, foram alto demais, tudo isso vindo de uma motivação da Revolução Francesa, onde os deputados aspiravam a um sistema nacional de instruções públicas que resultou em uma lei que jamais foi cumprida.

A educação nesta época não era planejada, principalmente pela falta de políticas de educação. Para ingressar nessas escolas bastava saber ler e escrever, ser brasileiro, ter 18 anos de idade e bons costumes e atendiam apenas rapazes. Mas em 1827 a educação para as mulheres tornou-se regular, onde antes tudo que lhes era ensinado era voltado para uma boa educação para ter um bom casamento, e como sempre uma educação desprezada.

O sistema precário de tributação tornava a falta de recursos um crônico empecilho para realização qualquer, seja ela a construção de uma escola, preparação de mestres ou até mesmo uma boa remuneração. Deste modo, a

qualidade de ensino não era boa, onde os professores eram improvisados e por causa do baixíssimo salário eram obrigados a se dedicarem em outras atividades ao mesmo tempo.

Por mais que no século XIX ocorreram mudanças significativas no Brasil, como o Surto Industrial, Abolição da Escravatura, Proclamação da República, etc. surgiram algumas esperanças em relação a mudanças no quadro educacional devido discussões sobre o assunto, mas a mesma continuou precária.

Porém, com o fim do Império, o interesse pela educação tornou-se significativo e aumentou ainda mais, tudo isso devido a debates, conferências pedagógicas, criação de bibliotecas, museus, além da divulgação de livros e artigos de jornais sobre a Pedagogia.

No final do XIX, uma das características da atuação do Estado teve início, onde

Nas primeiras décadas do século seguinte, ao se esboçar um modelo de escolarização baseado na escola seriada, com normas, procedimentos, métodos, instalações adequadas, como se constata com a construção de prédios monumentais para os estabelecimentos, sobretudo os grupos escolares. (...), mas essas edificações visam a atestar o interesse do governo pelo ensino do povo. (ARANHA, 2006, p. 298).

Espaços novos representavam o esforço de implantação da ordem e da disciplina, portanto

Se novos espaços escolares foram necessários para acolher o ensino seriado, permitir o respeito aos ditames higiênicos do fim do século XIX, facilitar a inspeção escolar, favorecer a introdução do método intuitivo e disseminar a ideologia republicana, novos tempos escolares também se impunham. (ARANHA, 2006, p. 298).

Até determinado momento, as instituições tinham que se adaptar as rotinas dos professores e dos alunos, levando em conta seus costumes, etc. e o interesse pela formação dos professores veio a crescer.

Embora ainda houvesse uma seleção de classes no ensino, onde o povo recebia uma educação desvalorizada e a elite possuía uma formação preparatória para a educação superior, no século XX, a educação e a avaliação ganharam outros rumos, onde a educação aproximou-se da psicologia, fazendo assim com que o homem fosse melhor compreendido e suas habilidades passaram a ser valorizadas.

6.3 A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NOS 2º E 3º ANOS – CONSTRUÇÕES E PRÁTICAS

A avaliação da aprendizagem passou a ser assimilada e exposta em 1930, quando o americano Ralph Tyler criou novos vocábulos para dizer o quão importante é o educador zelar pela aprendizagem dos docentes. Esse seu cuidado foi com as crianças da época, onde apenas trinta eram aprovadas, então por conjuntura sessenta eram reprovadas, aparentemente significa que seu processo de aprendizagem não foi satisfatório.

Mediante esta situação pensou-se em uma nova prática pedagógica que fosse eficaz, com isso, determinou-se que o educador deveria dominar o conteúdo e como resultado o educando deveria compreendê-lo. Esta prática pedagógica baseava-se em um sistema de ensino, onde o educador ensinaria algo, identificaria a sua conquista, se a sua aprendizagem obtê-se êxito, poderia seguir para o próximo conteúdo, eventualmente, se a aprendizagem fosse insatisfatória o educador deve voltar ao tema em questão até que educando consiga aprender. Porém esse sistema não entrou em vigor.

Quando os discentes saíam da pré-escola para o ensino fundamental era notável a sua mudança em sua linguagem, o que antes era uma atividade legal, hoje virou “tirei 7, valendo 10”. Em três meses de aula a sua aprendizagem obteve um valor, assim virando um produto, e é baseado nesses aspectos que é importante ressaltarmos a diferença de avaliar e examinar.

Tais condutas como examinar e avaliar, são processos distintos, mas que acabam se confundindo, porém Luckesi (2011) diz:

Para distinguir essas duas condutas – examinar ou avaliar na escola –, basta relembrar sucintamente que o ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto que o ato de avaliar se caracteriza pelo seu diagnóstico e pela inclusão (LUCKESI, 2011, p.29).

De certo modo, os educandos não vão para as escolas a fim de se submeterem à uma seleção, mas de fato estão dispostos a passar por um processo de aprendizado, onde vale ressaltar que todo o processo de

aprendizagem exige a atenção particular e minuciosa do ambiente escolar, quanto as perspectivas dos educadores e dos educandos. Outro ponto que diz respeito sobre a avaliação da aprendizagem, é verificar se a mesma está sendo eficaz e se os objetivos dos educandos estão sendo alcançados. Caso a avaliação não esteja satisfatória, é preciso buscar uma causa, ou seja, uma análise que pode estar relacionada à vários fatores. Partindo dessa ideia, seja um momento viável para o educador fazer uma auto-avaliação, verificando se suas ações estão adequadas e procurar sanar as dificuldades dos alunos, salvo de nunca desistir dos mesmos.

O processo avaliativo não se julga apenas uma forma de aplicar provas e distribuir notas, parte de uma ideia que, avaliar deve se tornar um método progressivo e contínuo, a fim de estabelecer de fato uma relação compreensiva dos conteúdos aplicados aos alunos, quanto às suas capacidades de compreensão e a absorver as ideias propostas. Sobretudo que, o sistema de avaliação consiste em uma aplicação quantitativa, conquistando um lugar considerável ao longo de todo processo histórico-educacional, valendo a pena ressaltar que as avaliações não se aplicam à um processo de término, não se busca um fim.

Portanto não podem ser compreendidas com o intuito de se avaliar por meio de provas aplicadas ao final de cada etapa, bimestre, trimestre, etc. Buscando fazer uma analogia e proporcionar que o conteúdo proposto e absorvido em sala de aula, sejam vinculados ao meio social para buscar uma compreensão mais ampla dos limites advindos e dentro da mesma ideia buscar uma síntese dos avanços alcançados por meio das contribuições didáticas durante todo processo de aprendizado, construção do saber e do conhecimento alcançado pelo aluno

O método de avaliar não se encaixa nos padrões de medida, pois, para quesitos de medida são utilizados em sua maioria instrumentos que possibilitam atingir e buscar um melhor resultado, dentro do seu ideal ter o objetivo de ser exato em sua forma. Todavia porém na questão avaliativa não se nota a existência de um instrumento exato, pois a avaliação busca em sua essência entender e estabelecer uma compreensão do objeto em sua visão global, ou seja, ser avaliado em todas suas formas e etapas, por se tratar de um processo que sofre constantes mudanças durante todo ato de

desenvolvimento. Durante muitos anos a avaliação foi e ainda é vista como um monstro de várias cabeças, onde Hoffmann (2010), relata a experiência que vivenciou em reuniões de grupo com outros educadores, onde a partir de então foi claro o entendimento da prática do educador e também a sua própria experiência de educando e educadora. Onde:

Tenho solicitado a esses professores, no início de nossos encontros, que relacionem a palavra “avaliação” a algum personagem. É um jogo interessante, cujas respostas revelam imagens de dragões, monstros de várias cabeças, guilhotina, túneis escuros, labirintos e carrascos... (...) as justificativas da escolha dessas imagens, representativas de avaliação, expressam com intensidade a concepção pejorativa inerente ao termo. O jogo é revelador e desestabilizador (HOFFMANN, 2010, p.13).

Hoje, ainda é perceptível que o “fenômeno avaliação” não possui um significado, porém professores e alunos acabam lhe atribuindo diversos significados, como por exemplo, prova, nota, recuperação, reprovação, entre outros.

Em sua experiência com os educadores, constatamos que os mesmos tiveram dificuldades em falar do tema em questão, toda argumentação se baseava em “dar nota é avaliar”, fazer prova é avaliar”. Com isso sentiu-se a necessidade de esclarecer aos aspectos que os mesmos julgavam ser a definição de avaliar como testar e medir.

O educador acredita que a avaliação deve conter dados comprováveis, assim valorizando apenas as atividades avaliativas com base nisso Hoffman traz alguns questionamentos:

Ao desenvolver esse tema de discussão, tenho apresentado a grupos de professores as questões abaixo:

- Todo teste envolve obrigatoriamente medida?
- Sempre medimos por meio de testes?
- A medida serve para descrever atitudes dos alunos?
- Toda tarefa do aluno pode ser considerada um teste?

(HOFFMANN, 2014, p.58).

Ao serem questionados sobre o verdadeiro significado de testar e medir, percebe-se que os docentes se perdiam nas respostas, uma vez que cada um pensava de formas distintas e não conseguiram chegar em nenhuma conformidade.

Em uma conversa com uma criança de oito anos, segundo ela “ medir é régua” e “testar é ver se funciona”. Os educadores dão vários significados para a palavra medir, cabe aos educadores entenderem que nem tudo a possibilidade de medirmos.

Felizmente, os cientistas ainda não fabricaram instrumentos para medir o amor ou a tristeza e outros sentimentos humanos. (HOFFMANN, 2014, p.60)

É possível medirmos a frequência dos discentes, contar o número de livros utilizados durante o ano letivo, mas não é possível medirmos a aprendizagem/conhecimento do aluno.

Porém o educador não tem a percepção de que as atividades avaliativas não tem apenas a função de contar erros e acertos, uma vez que seus critérios não eram estabelecidos com clareza, pois o educador compara os alunos sem estabelecer critérios, a nota de quem obteve mais acertos, ou a questão que esta mais correta e usa como base para “medir” o conhecimento dos outros alunos, após a atividade ele define valores para os alunos, sem nenhuma razão, sem se preocupar se o docente compreendeu, se é necessário alguma intervenção.

A avaliação pleiteia um pensamento organizado dos discentes para perceber se os mesmos estão assimilando e como estão fazendo essa assimilação e em que encargo ou atividades eles obtêm maior impedimento. Essa avaliação não tem referência, apenas a autoridade sobre os conteúdos próprios, mas também ao avanço dos conhecimentos. Portanto, é importante avaliar o educando por completo, nas diversas circunstâncias que inclui aprendizagem na convivência com os amigos, no esforço para desatar dificuldades, nos seminários escolares, nos jogos, entre outros.

METODOLOGIA

A pesquisa está sustentada no campo teórico e dialógico em relação às discussões que se levantam acerca do conceito de avaliação e se destinará no campo empírico à uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de São Mateus – ES. Na referida escola, os sujeitos da pesquisa serão alunos

professores de uma turma de primeiro ano e uma turma de segundo ano do ensino fundamental.

A pesquisa investigará e analisará quais são os instrumentos e vertentes pedagógicas destinadas às turmas e sugerirá práticas avaliativas de cunho dialógico e qualitativo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3 ed., ver. E atual – São Paulo: Moderna, 2006

Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições / Cipriano Carlos Luckesi, - 22. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

Avaliação: mito ou desafio: uma perspectiva construtivista/ Jussara Hoffmann – Porto Alegre: Mediação, 2010. (40. Ed. Ver. E atual. Ortog.)

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasil: MEC, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais**. Brasil: MEC, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasil: MEC, 1996.